

CLÁUDIO RICARDO SILVA LIMA JÚNIOR

Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).
Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).
Ex-Assessor Judicial da Justiça Federal de Primeira Instância em Pernambuco,
vinculada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5).
Ex-Servidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Ex-Assessor Jurídico do Ministério Público Federal (MPF).
Oficial de Justiça do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5).
Aprovado em mais de uma dezena de concursos públicos de tribunais
federais para cargos privativos de Bacharel em Direito. Aprovado no Exame da
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Direito Civil.
Autor de diversos artigos jurídicos.

Precedentes Judiciais no Processo Civil Brasileiro

Aproximação entre *civil law* e *common law*
e aplicabilidade do *stare decisis*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2015

Copyright © 2015 by Cláudio Ricardo Silva Lima Júnior

Categoria: Processo Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L732p

Lima Júnior, Cláudio Ricardo Silva.

Precedentes judiciais no processo civil brasileiro : aproximação entre civil law e common law e aplicabilidade do stare decisis / Cláudio Ricardo Silva Lima Júnior. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2015.

xviii, 421 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 355-375.

ISBN 978-85-8440-196-3

1. Processo civil - Brasil. 2. Precedentes judiciais - Brasil.
3. Direito processual - Brasil. I. Título.

CDD – 347.8105

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
1. O SISTEMA ANGLO-SAXÔNICO	7
1.1. Origem e desenvolvimento	7
1.2. Princípios e caracteres	16
1.3. O <i>stare decisis</i>	30
1.3.1. Conceito de precedente.....	35
1.3.2. Natureza jurídica do precedente	39
1.3.3. Elementos do precedente	42
1.3.3.1. Ratio decidendi	43
1.3.3.2. Obiter dictum.....	49
1.3.4. Técnicas de aplicação e superação do precedente.....	51
1.3.4.1. Distinguishing	52
1.3.4.2. Overruling	59
1.3.4.3. Sinaling	62
1.3.4.4.. Transformation.....	64
1.3.4.5. Overriding.....	65
1.3.4.6. Drawing of inconsistent distinctions.....	67
1.3.5. Precedente vinculante e evolução do direito	70
2. O SISTEMA ROMANO-GERMÂNICO	73
2.1. Construção histórica.....	73
2.2. Fundamentos	82
2.3. A tendência à codificação e o primado da lei.....	87
2.4. O papel da jurisprudência e do precedente.....	89
2.5. Aproximação entre os sistemas de <i>common law</i> e de <i>civil law</i>	90

3. A APROXIMAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DA COMMON LAW E DA CIVIL LAW NA EXPERIÊNCIA JURÍDICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	99
3.1. A outorga ao Brasil do modelo da <i>civil law</i>	100
3.2. O fortalecimento do precedente judicial no direito brasileiro.....	102
3.2.1. Julgamento liminar de improcedência do pedido.....	105
3.2.1.1. Requisitos	107
3.2.1.1.1. Da questão “unicamente de direito”	108
3.2.1.1.2. Da identidade das demandas	113
3.2.1.1.3. Da “total improcedência” do precedente	114
3.2.1.1.4. Do “juízo” prolator do paradigma	116
3.2.2. Incidente de uniformização de jurisprudência	122
3.2.2.1. Procedimento	123
3.2.2.2. Finalidade e distinção de institutos assemelhados... ..	124
3.2.2.3. Legitimidade para o requerimento e facultatividade da instauração.....	126
3.2.3. Súmula impeditiva de recurso de apelação	131
3.2.3.1. Natureza jurídica	132
3.2.3.2. Aplicabilidade.....	143
3.2.4. Julgamento monocrático de recursos pelo relator	147
3.2.4.1. Breve histórico.....	148
3.2.4.2. ‘Negativa de seguimento’: juízos de admissibilidade e de mérito	149
3.2.4.3. Diferenciação nos requisitos formais para o juízo monocrático de procedência ou improcedência.....	152
3.2.4.4. Cabimento.....	158
3.2.4.5. Do requisito da “jurisprudência dominante”: necessidade de uma interpretação restritiva.....	159
3.2.5. Repercussão geral em recurso extraordinário	166

3.2.5.1. Conceito. Delimitação teleológica a partir do contexto histórico de formação do instituto	167
3.2.5.2. Competência e quorum para inadmissão do recurso.....	172
3.2.5.3. Julgamento da preliminar de repercussão geral com fundamento em precedente do STF	173
3.2.5.4. Repercussão geral e julgamento por amostragem do mérito de recursos extraordinários	179
3.2.5.5. Ausência de manifestação do Supremo sobre a “identidade” entre os feitos sobrestado e representativo da controvérsia: negativa de prestação jurisdicional e conveniência de intervenção legislativa	181
3.2.5.6. Participação do amicus curiae.....	189
3.2.5.7. Repercussão geral como requisito de “relevância” e “transcendência” subjetiva da causa	190
3.2.5.8. Viabilidade da negativa de desistência da demanda recursal no feito representativo da controvérsia. Mitigação do princípio dispositivo e da vedação à reformatio in pejus.....	194
3.2.6. Julgamento unificado de recursos especiais repetitivos	198
3.2.6.1. Procedimento	200
3.2.6.2. Número de feitos representativos da controvérsia....	201
3.2.6.3. Suspensão errônea do processo por vinculação inadequada a feito representativo: recurso cabível	204
3.2.6.4. Desistência do recurso selecionado como representativo da controvérsia: impossibilidade?	210
3.2.6.5. Antecipação do julgamento de feito sobrestado por razões de urgência	214
3.2.7. Eficácia erga omnes no controle concentrado de constitucionalidade	216
3.2.7.1. ADI e ADC.....	218

3.2.7.1.1. Legitimidade ativa e participação do Ministério Público	220
3.2.7.1.2. Procedimento. Medida cautelar	221
3.2.7.1.3. Distinções entre os procedimentos de ADI e ADC	224
3.2.7.1.4. Efeitos da decisão	225
3.2.7.2. ADPF	235
3.2.7.2.1. Cabimento	236
3.2.7.2.2. Legitimidade e procedimento	240
3.2.7.2.3. Eficácia geral e efeito vinculante	243
3.2.8. Súmula vinculante	245
3.2.8.1. Procedimento de edição, revisão e cancelamento	247
3.2.8.2. Requisitos para a formulação	249
3.2.8.3. Eficácia legal, modulação dos efeitos e reclamação	251
3.2.8.4. Natureza jurídica	253
3.2.8.5. Inconstitucionalidade de enunciado vinculante	259
3.2.8.6. Implicações no processo de conhecimento	267
3.3. Precedente judicial e dogmática jurídica no Brasil	269
4. O STARE DECISIS E O DIREITO BRASILEIRO	275
4.1. Compatibilidade entre <i>civil law</i> e <i>stare decisis</i>	276
4.2. Discussão acerca da conveniência da vinculação a precedentes	278
4.2.1. Argumentos contrários ao modelo do <i>stare decisis</i>	278
4.2.1.1. Rigidez	279
4.2.1.2. Complexidade	282
4.2.1.3. Distinções ilógicas	283
4.2.1.4. Limitação ao livre convencimento do magistrado	285
4.2.1.5. Óbice à realização da isonomia material	290
4.2.1.6. Violação à separação dos Poderes	293
4.2.1.7. Ofensa ao princípio do juiz natural	297
4.2.1.8. Supressão da garantia do acesso à justiça	302

4.2.2. Vantagens do sistema de precedentes obrigatórios	304
4.2.2.1. Segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade	304
4.2.2.2. Celeridade e racionalização do duplo grau de jurisdição	309
4.2.2.3. Desestímulo à litigiosidade.....	310
4.2.2.4. Economia material e processual.....	311
4.2.2.5. Tutela da confiança	313
4.2.2.6. Coerência.....	315
4.2.2.7. Aprimoramento do trabalho decisório do juiz.....	316
4.2.2.8. Promoção da igualdade material.....	316
4.3. O sistema de precedentes à brasileira: necessidade de controle e sistematização	321
4.3.1. Precedente e súmulas	322
4.3.2. Precedente e ementários de jurisprudência.....	326
4.3.3. Precedente e informativos.....	329
4.3.4. Repositórios oficiais de jurisprudência no Brasil	331
4.3.5. A importância dos departamentos de análise e documentação de jurisprudência nos tribunais	335
4.3.6. Da aplicabilidade do stare decisis ao direito brasileiro.....	338
CONCLUSÃO	343
REFERÊNCIAS.....	355
 APÊNDICE A – PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL LOCAL PARA APLICAR O PRECEDENTE DO STF QUE NEGA A EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL	
	377

APÊNDICE B – PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DO INCIDENTE DE DIFERENCIAÇÃO NO PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	379
ANEXO A – DISTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS JURÍDICOS NO MUNDO.....	383
ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 8, DE 7 AGOSTO DE 2008, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	385
ANEXO C – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO PROJETO DE LEI DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	389
ANEXO D – RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO PROJETO DE LEI DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	393